

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANDERSON SANTOS LEITE SILVA

**IDHM COMO NORTEADOR DE ESTRÁTEGIAS PARA O
INCREMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DA
POPULAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE
BARRA DOS COQUEIROS/SE**

**SÃO CRISTÓVÃO
SETEMBRO / 2017**

ANDERSON SANTOS LEITE SILVA

**IDHM COMO NORTEADOR DE ESTRÁTEGIAS PARA O INCREMENTO DA
QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE
BARRA DOS COQUEIROS/SE**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento às normas do Estágio Curricular regulamentadas pela obtenção da Graduação em Administração de Empresas.

Orientador: Profº Dr. Marcos Eduardo Zambanini

Área: Desenvolvimento local / Políticas Públicas

**SÃO CRISTÓVÃO
SETEMBRO / 2017**

SILVA, Anderson Santos Leite. **IDHM COMO NORTEADOR DE ESTRÁTEGIAS PARA O INCREMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O MUNÍCIPIO DE BARRA DOS COQUEIROS.** Monografia (Graduação em Administração). Departamento de Administração – DAD Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão - SE. 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que acreditaram em mim, a Deus que não me permitiu desanimar e a minha família que sempre esteve do meu lado.

EPÍGRAFE

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas
do homem foram conquistadas do que parecia impossível.

(Charles Chaplin)

ANDERSON SANTOS LEITE SILVA

**IDHM COMO NORTEADOR DE ESTRATÉGIAS PARA INCREMENTO DA
QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE BARRA
DOS COQUEIROS/SE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Federal de Sergipe, como
parte das exigências para a obtenção do diploma de Administrador Bacharelado.

São Cristóvão, 28 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Eduardo Zambanini
Orientador

Prof. MSc Eduardo Alberto Farías
Examinador

Prof. Dr. Jefferson David Araújo Sales
Examinador

RESUMO

A questão relacionada ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (**IDHM**) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH global longevidade, educação e renda, mas vai além: adequando a metodologia global ao contexto brasileiro e a disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil disponibiliza ainda, além desses índices, mais de 200 indicadores socioeconômicos, que permitem qualificar melhor e ampliar a análise do desenvolvimento humano nos municípios e regiões metropolitanas do país. Nesta pesquisa serão apresentadas literaturas com suas respectivas aplicabilidades acerca do tema, mostrando como objetivo central a análise dos dados do IDHM de Barra dos Coqueiros, para verificar de que maneira o município está evoluindo em relação à qualidade de vida da população. A estratégia de pesquisa é classificada como documental por intermédio de informações colhidas através do IBGE, do ATLAS, dos dados colhidos no site do município e da entrevista concedida pelo analista financeiro Luiz Paulo Bresciani. Além disso, o estudo tem fins exploratórios de natureza qualitativa e foi consolidado mediante diretrizes da análise qualitativa ou genérica. Com os fatores inerentes a qualidade de vida que compõe os dados de 1991, 2000 e 2010, estes são representados por mudanças de gestão, problemas políticos e desenvolvimento social. Em último momento, o estudo se propõe a analisar os índices de desenvolvimento do município em questão. Com isso, o presente estudo pontuou algumas possíveis estratégias que podem ser tomadas como medidas para melhorar a qualidade de vida da população de Barra dos Coqueiros para que ela alcance o nível esperado.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Qualidade de vida. Políticas públicas.

ABSTRACT

The issue related to the Municipal Human Development Index (HDI) is a measure made up of indicators of three dimensions of human development: longevity, education and income. The index ranges from 0 to 1. The closer to 1, the greater the human development. The Brazilian IDHM considers the same three dimensions of global HDI longevity, education and income, but goes beyond: adapting the global methodology to the Brazilian context and the availability of national indicators. Although they measure the same phenomena, the indicators taken into account in the IDHM are more adequate to evaluate the development of Brazilian municipalities and metropolitan regions. The Atlas of Human Development in Brazil also provides, in addition to these indexes, more than 200 socioeconomic indicators, which allow better qualification and broader analysis of human development in the municipalities and metropolitan regions of the country. In this research will be presented literature with their respective applicability on the subject, showing as central objective the analysis of the data of the IDHM of Barra dos Coqueiros, to verify how the municipality is evolving in relation to the quality of life of the population. The research strategy is classified as documentary through information collected through the IBGE, ATLAS, data collected on the website of the municipality and the interview granted by financial analyst Luiz Paulo Bresciani. In addition, the study has exploratory purposes of a qualitative nature and was consolidated through qualitative or generic analysis guidelines. With the factors inherent to the quality of life that composes the data of 1991, 2000 and 2010, these are represented by changes in management, political problems and social development. At the last moment, the study proposes to analyze the development indices of the municipality in question. Thus, the present study pointed out some possible strategies that can be taken as measures to improve the quality of life of the population of Barra dos Coqueiros to reach the expected level.

Keywords: Development. Quality of life. Public policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias analíticas e elementos de análise	43
Quadro 2: Protocolo de estudo de caso.....	43
Quadro 3: Longevidade, mortalidade e fecundidade de Barra dos Coqueiros.	46
Quadro 4: Escolaridade da população adulta com 18 anos ou mais de Barra dos Coqueiros.	47
Quadro 5: Renda, pobreza e desigualdade na Barra dos Coqueiros.	48
Quadro 6: Ocupação da população com 18 anos ou mais.	49
Quadro 7: Ocupação da população com 18 anos ou mais.	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do município de Barra dos Coqueiros	34
----------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

ACP	Análise de Componentes Principais
CRVCC	Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
FPM	Fundo de Participação do Município
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNDU	Programa das Nações Unidas do Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RNB	Renda Nacional Bruta
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SEPLAG-SE	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado de Sergipe
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TEB	Taxa de Escolarização Bruta

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Geral	15
1.1.2	Específicos	15
1.2	JUSTIFICATIVA	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	GESTÃO PÚBLICA	17
2.1.1	Políticas públicas.....	19
2.1.2	Planejamento Estratégico na Gestão Pública Municipal.....	20
2.1.3	Lei de Responsabilidade Fiscal.....	22
2.2	QUALIDADE DE VIDA	24
2.2.1	Conceito	24
2.2.2	IDH.....	26
2.2.3	IDHM.....	27
2.2.4	Críticas aos Conceitos de Desenvolvimento Humano	32
2.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS - SE.....	33
2.3.1	Histórico	34
2.3.2	Dados Geográficos	36
2.3.3	Economia local	36
2.3.4	Educação.....	37
2.3.5	Saúde.....	38
2.3.6	IDHM do Município	38
3	METODOLOGIA.....	39
3.1	QUESTÕES DE PESQUISA	39
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	39
3.3	MÉTODO DA PESQUISA	40
3.4	UNIDADE DE ANÁLISE.....	41
3.5	FONTES DE EVIDÊNCIA	41
3.6	DEFINIÇÕES CONSTRUTIVAS	41
3.7	CATEGORIAS ANALÍTICAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE	42
3.8	PROTOCOLO DE ESTUDO	43

3.9	CRITÉRIOS DE CONFIABILIDADE	44
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
4.1	IDHM- SAÚDE.....	45
4.2	IDHM- EDUCAÇÃO	47
4.3	IDHM- RENDA	48
5	CONCLUSÃO.....	50
5.1	RESPONDENDO AS QUESTÕES DE PESQUISA.....	50
5.2	SUGESTÕES PARA ATORES ENVOLVIDOS NA PESQUISA.....	52
5.3	SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	54
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS.....	56
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	58

1 INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pela ONU em 1990, o qual se propõe a verificar o grau de desenvolvimento de um país e seus indicadores de desempenho. O IDH passou a ser a mais conhecida como medida de desenvolvimento humano, conforme Torres, Ferreira e Dinni (2003).

A construção desse indicador de desenvolvimento reflete diretamente sobre a qualidade de vida e quais são os critérios verdadeiramente significativos para o desenvolvimento humano. Os indicadores avaliam três dimensões: renda, educação e longevidade.

Levando em consideração o conceito do Programa das Nações Unidas do Desenvolvimento PNDU, o desenvolvimento humano foi definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham a capacidade e oportunidade para ser aquilo que desejam ser.

O Brasil, nas últimas décadas, apresentou um caminho dinâmico e expressivo no sentido econômico, político e social bem distinto de outras décadas anteriores, retomando o crescimento econômico depois de diversos desacertos. Desse modo, o país pôde implantar reformas para fazer com que houvesse a redução da pobreza, a desigualdade de renda e a miséria. Com isso, a política com o viés social passou a ser a questão mais importante dos planos governamentais como também os gastos sociais passaram a ter uma importância maior nos gastos do governo como um todo (ARRETCHE, 2012; CASTRO *et. al.*, 2012).

Dessa maneira, a política social fez com que a redução da pobreza ocorresse em todas as regiões brasileiras, sobretudo, aquelas que configuram o índice muito baixo de desenvolvimento humano como é o caso da região Nordeste, a qual é considerada como a região que mais apresenta baixo rendimento e uma pobreza muito acentuada. Contudo, de acordo com Hoffmann (2013), com os gastos da política social o Nordeste sofreu uma diminuição da pobreza e da desigualdade de renda e social, sendo estes investimentos transferidos para as famílias mais necessitadas. Fato este que aconteceu também com o estado de Sergipe.

Não obstante, atualmente, essa redução da pobreza e das desigualdades de renda e sociais não se configura como algo muito evidente na região nordestina, sobretudo, em algumas cidades do sertão sergipano ainda persiste lugares com a presença de extrema pobreza, como nos lugares onde o sertão se mostra muito forte e intenso principalmente no verão ou períodos de seca mais extrema.

O território sergipano é composto por 75 municípios alocados em 08 territórios: Alto sertão, médio sertão, centro sul, sul sergipano, leste sergipano, agreste, grande Aracaju e baixo

São Francisco. O município em estudo, Barra dos Coqueiros, está localizado na região da grande Aracaju. Geograficamente, é acolhido por se constituir na península de Santa Luzia, que, após a construção da ponte que interliga o município a Aracaju, houve o processo de conurbação. De acordo com os dados do IBGE (2013), o município tinha feito no referido ano de 2013 uma área de 90,322, uma população de 28.093 mil habitantes, um IDHM de 0,649 em 2010, considerado médio e está classificado em sexto lugar no ranking do estado.

Em todas as dimensões que envolvem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo elas avaliadas separadamente, o mesmo sempre esteve no nível médio. Diante dos dados apresentados sobre o município, surgiram levantes sobre o mesmo em relação aos resultados não medianos e a preocupação com o seu crescimento e desenvolvimento, já que a sua localização é privilegiada pelo turismo, pela crescente especulação imobiliária e por sua proximidade em relação a capital do estado.

Nesse contexto, o presente estudo tem como finalidade verificar e analisar como se apresenta cada um dos indicadores do IDHM do município Barra dos Coqueiros/SE, tendo como objetivo observar quais são as prioridades dadas pelo gestor na cidade em relação aos investimentos públicos destinados para a comunidade e quais estratégias são feitas para a melhoria da qualidade de vida do município.

Como a qualidade de vida de uma dada população é de suma importância e de responsabilidade do Estado e do gestor público, o estudo em questão mostra-se como relevante porque irá evidenciar essas questões sociais e de renda do município de Barra dos Coqueiros/SE, tendo como intuito analisar se a qualidade de vida das pessoas melhorou devido à realização de políticas públicas para o incremento do IDHM local.

Diante do exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: Que ações podem ser tomadas, a médio e longo prazo, para a melhoria do IDHM, consequentemente, da qualidade de vida da população do município de Barra dos Coqueiros / SE?

1.1 OBJETIVOS

De acordo com Gil (2010), definir os objetivos representa um passo importante para a operacionalização da pesquisa e para trazer esclarecimento acerca dos resultados esperados.

1.1.1 Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município de Barra dos Coqueiros e propor estratégias para a melhoria da qualidade de vida da população que nele reside.

1.1.2 Específicos

- ✓ Apresentar o IDHM do município de Barra dos Coqueiros de forma individualizada.
- ✓ Verificar as políticas públicas utilizadas pelo município em prol de melhorar a qualidade de vida da população.
- ✓ Apontar estratégias que possibilitem um melhor aproveitamento das políticas públicas do município analisado.

1.2 JUSTIFICATIVA

Desde o século XIX até os dias de hoje, as cidades vêm crescendo e se modernizando. Com isso, vem contribuindo para o desenvolvimento de suas regiões e do mundo de maneira geral.

As cidades são, de acordo com Verhoef e Nijkamp (2003, p.5), “o centro de ação socioeconômica, confrontação humana, dialética política, nascedouro da civilização, centros de ciência e arte e um pote de misturas e culturas”.

Há algum tempo surgiu a prática de avaliar o bem-estar da população e, conseqüentemente, de classificar os países ou regiões pelo tamanho do seu PIB (renda per capita). Porém, sabe-se que a evolução e o desenvolvimento da população não podem ser medidos apenas pela dimensão econômica. Por isso, há instrumentos de medidas socioeconômicas mais eficazes como meio ambiente, saneamento básico etc., que incluam também outras dimensões fundamentais à vida e a condição humana, sendo que o IDH é uma contribuição para essa busca e combina três componentes básicos de desenvolvimento humano:

- ✓ A longevidade, que reflete as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer;
- ✓ A educação, medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a faixa de matriculados no ensino fundamental e superior;

- ✓ A renda, medida pelo poder de compra, baseada no PIB ajustado ao custo de vida local.

Com o perfil do IDH municipal e a possível contribuição da contabilidade pública no sentido de registrar corretamente os gastos públicos (investimentos), surge à questão, o que o poder público está fazendo para melhorar os índices do município e elevá-lo de patamar.

A principal relevância da pesquisa está voltada para o resultado negativo do município de Barra dos Coqueiros em relação aos componentes avaliados pelo IDH, nos últimos levantamentos de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010, onde o mesmo só cresceu na educação e com dados não muito satisfatórios seguidos pela longevidade e renda, sendo assim, o presente estudo pretende analisar o IDHM da cidade Barra dos Coqueiros/SE a fim de observar se a qualidade de vida deste município se encontra nos padrões necessários para que a população viva com dignidade. Uma vez que, a cidade tem um enorme potencial econômico por ser localizada no litoral do Estado, ainda também possui em sua região plataformas petrolíferas que trazem bastante fonte de renda para a comunidade, além do atrativo turístico com belas praias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial desta pesquisa compreende a abordagem teórica dos temas que serão desenvolvidos no decorrer do estudo: desenvolvimento, qualidade de vida e gestão pública. Será realizada também a contextualização do município de Barra dos Coqueiros, trazendo informações geográficas, históricas, econômicas e sobre o seu IDHM.

2.1 GESTÃO PÚBLICA

O termo gestão pública é designado a um campo de conhecimento que integra o desempenho do trabalho do gestor público ou serve como conhecimento relacionado às organizações cuja missão seja de interesse público ou afete este, o qual tem como interesse fundamental prestar atenção como está sendo usado os recursos públicos. Abrange áreas como Recursos Humanos, Finanças Públicas e Políticas Públicas, entre outras.

Uma organização pode ser privada ou pública, mas com interesses que afetam toda a comunidade. Por tanto, pode haver “gestão pública” em organizações públicas e privadas, embora seja bastante incomum uma preocupação real com a coletividade por parte de entes privados, um exemplo disso são as ONG’S, que tem como significado organizações não governamentais, ou seja, sem fins lucrativos.

Esse termo foi intitulado recentemente, que indica utilização de novas práticas no setor público. Do ponto de vista do ensino, é vinculado a práticas de gestão, a funções e situações direcionadas ao estado.

Para Meireles (2004), a Gestão Pública:

Significa a totalidade de serviços e entidades ligados ao Estado. De modo concreto, é esse mesmo Estado atuando solidamente visando a satisfazer o bem comum de indivíduos em uma coletividade sob seu domínio, nas esferas federal, estadual e municipal de governo, podendo estas duas últimas esferas gozarem de maior ou menor autonomia político-administrativa em relação à primeira (MEIRELLES, 2004 *apud* JUNQUILHO, 2010, p. 27).

A nova gestão pública tem como um dos principais focos o cidadão, principalmente no tocante como o Estado se mostra para ele tendo como finalidade atender às suas necessidades como usuário dos serviços públicos prestados. Assim, a organização pública precisa melhorar o relacionamento com a população para poder corresponder às exigências e as necessidades da mesma de forma dinâmica e eficiente.

Com o advento da tecnologia, contemporaneamente os governos federal, estaduais e municipais estão se modernizando tecnologicamente e criando sites para melhorar o atendimento aos cidadãos e outras prestações de serviços, dessa forma, eles podem orientar os órgãos públicos sobre suas necessidades e problemas eventualmente percebidos. Nesse sentido, Osborne e Gaebler (1998, p.69) afirmam que “as comunidades compreendem seus problemas melhor do que os profissionais”. Com isso, a população pode nortear as ações desenvolvidas pelo governo de modo mais preciso, ainda também questões sociais e políticas mais emergentes.

Contudo, um dos grandes problemas é a implantação de um canal comunicativo expressivo entre a gestão pública e a população, para tanto, se faz necessário que a administração pública crie uma cultura e permeie suas ações e que faça com que os cidadãos tanto participe das tomadas de decisão como seja bem atendida. Assim, estes poderão ter uma melhoria no atendimento e fiscalizar a execução dos serviços em conjunto com a administração pública.

Outro ponto importante que deve ser salientado em relação à gestão pública concerne à eficiência a qual implica a questão financeira e orçamentária. O problema financeiro e orçamentário foi um dos principais pontos e o centro de ações do governo brasileiro, sobretudo, na década de 1990, tendo como intuito equilibrar as contas do Estado, criando normas para o uso do dinheiro público. Como ilustração das regras para a utilização do dinheiro público, podemos citar: a lei da licitação, a lei de responsabilidade fiscal, a Lei federal nº 8.666, elaborada em 21 de junho de 1993 e a Lei Complementar nº 101 criada em 4 de maio de 2000.

O controle do uso dos recursos públicos, no Brasil, é realizado pelos Tribunais de Conta e pelos Ministérios Públicos tanto estaduais quanto federal, os quais agem não só fiscalizando a legalidade dos gastos públicos como também se existiu corrupção ou desvios de verba pública. Sendo assim, observa-se que ainda não é muito bem propagado no país um controle dos gastos públicos que seja eficiente e efetivo como também nos municípios e estados. Em relação aos estados:

[...] o aspecto que salta à vista, dentro da nova agenda reformista dos governos estaduais, é a relevância da questão fiscal. Medidas como governo eletrônico, compras governamentais, aperfeiçoamento do fisco estadual, maior descentralização e desconcentração, todas elas, em suma, visavam à redução de gastos e de custos (ABRUCIO; GAETANI, 2006, p. 11).

A eficiência está associada à diminuição de custos e gastos públicos, porém o corte ou a redução de gastos do poder público pode fazer com que aconteça um afastamento do principal objetivo que é o interesse público. Pois, a escolha de projetos e programas que

sejam bons e eficientes ou palpáveis no sentido econômico, podem nem sempre serem efetivos, o que poderia entrar em desacordo com os valores sociais.

Com isso, contempla-se que a administração pública do Brasil, seja a nível federal, estadual e municipal, atrela a eficiência de sua gestão à redução de custos e gastos. Embora o controle do processo dos gastos públicos seja importante, isso não quer dizer que a qualidade da gestão e dos gastos evolua na mesma proporção, eficiência e efetividade.

2.1.1 Políticas públicas

As políticas públicas são consideradas como um conjunto de decisões, planos, metas e ações governamentais (seja a nível nacional, estadual ou municipal) voltados para a resolução de problemas de interesse público, que podem ser específicos, como a construção de uma ponte ou gerais, como melhores condições na saúde pública.

Com isso, as políticas públicas, para Peters (1986), representam a soma das atividades desenvolvida pelos governos, que atuam diretamente ou através de delegação e que influenciam na vida dos cidadãos. Podem-se considerar também Políticas Públicas como o que determina o querer do governo. Segundo Velasques define o termo como “conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações de regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução delas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis” (VELASQUES, 2001, p. 69).

Mas, Maria Paula Dallari Bucci atenta à distinção realizada por Ronald Dworkin entre “principles” e “policies” e à teorização de Robert Alexy sobre ações positivas do Estado, “políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (BUCCI, 2002, p. 241). Políticas públicas são metas coletivas conscientes e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato.

Durante os séculos XVIII E XIX, as principais funções do estado eram a segurança pública e a defesa em caso de ataque inimigo. Mas, novas atribuições foram surgindo com a expansão da democracia, houve muitas mudanças com relação à responsabilidade do estado perante a sociedade. Atualmente, pode-se dizer que a sua principal função é o bem-estar da mesma.

Dessa maneira, as políticas públicas têm como objetivo central colocar o governo em ação, ou seja, desenvolver planos, programas, ações e atividades que tenham como finalidade promover o bem social para toda a população a qual está destinada, estabelecendo metas,

objetivos e estratégias para serem alcançados em longo ou curto prazo. Além disso, elas também são destinadas a analisar e fiscalizar essas ações e, quando for o caso, estimular mudanças sobre as ações e que produzam resultados favoráveis para o mundo real, ou seja, para toda a sociedade.

A elaboração das políticas públicas pode ser feita partindo da iniciativa dos poderes legislativo ou executivo que pode ser realizada em conjunto ou separadamente, não obstante, a partir de propostas e demandas da população, em seus variados contextos sociais, uma vez que a participação da sociedade na avaliação, acompanhamento e elaboração das políticas públicas é assegurada pela Lei Complementar nº 131 (Lei de Transparência), criada em 27 de maio de 2009. Nesse sentido, a lei de transparência institui o incentivo da participação da população nas audiências públicas durante os processos de construção e discussão de planos, programas e leis de diretrizes orçamentárias, bem como do acompanhamento sobre as informações financeiras, em tempo real, por meio eletrônicos e de fácil acesso aos cidadãos.

Por conseguinte, observa-se que todos os poderes públicos em todos os níveis e esferas de gestão pública são, por lei, obrigados a garantir a efetiva participação da sociedade civil no acompanhamento, elaboração e avaliação das políticas, a fim de promover mais qualidade de vida para a população como um todo.

A seguir será apresentado aspectos importante sobre o que é um planejamento estratégico realizado pelo poder público, apresentando alguns conceitos para o melhor entendimento e sua importância para poder cumprir metas e objetivos.

2.1.2 Planejamento Estratégico na Gestão Pública Municipal

O Planejamento Estratégico, que se tornou o foco de atenção da alta administração das empresas, volta-se para as medidas positivas que uma empresa poderá tomar para enfrentar ameaças e aproveitar as oportunidades encontradas em seu ambiente. O mesmo pode ser utilizado praticamente todas as empresas, que mudam rapidamente com sua aplicação. Essas mudanças ocorrem nos ambientes econômico, social, tecnológico e político. A organização irá crescer e progredir se conseguir ajustar-se à circunstância do momento, e o Planejamento Estratégico é uma técnica comprovada para que tais ajustes sejam feitos com inteligência.

Dessa forma, todas as instituições, seja pública ou privada, devem ter sempre um planejamento a ser adotado e devidamente seguido para que posteriormente possam ser tomadas ações e atitudes que sejam eficientes e coerentes a fim de que o desempenho organizacional se torne satisfatório. Conforme Oliveira (2004), o planejamento tem um propósito e pode ser definido a partir do desenvolvimento de técnicas, processos e atitudes que propiciem uma

maneira adequada e viável de avaliar as implicações futuras da empresa, objetivando tomadas de decisões posteriores que sejam rápidas, coerentes e eficazes.

Por sua vez, Segundo Alday (2007), o planejamento estratégico trata-se de um instrumento mais flexível, que é conhecido como planejamento a longo prazo. Um elemento-chave da estratégia é a seleção de apenas algumas características e medidas a serem consideradas tomadas. É um instrumento que força, ou pelo menos estimula, os administradores a pensar em termos do que é importante ou relativamente importante, e também a se concentrar sobre assuntos de relevância.

O mais importante na utilização do Planejamento Estratégico é o seu estreito vínculo com a administração estratégica nas organizações. Não se pode tratar isoladamente o planejamento estratégico sem entrar no processo estratégico, contribuindo assim de forma mais eficaz com a gestão dos administradores na obtenção dos seus resultados (MATIAS-PEREIRA, 2010).

A gestão estratégica é definida como um processo contínuo e interativo que visa manter uma organização como um conjunto apropriado e integrado ao seu ambiente.

Na metade dos anos 60, foi introduzida a metodologia do Planejamento Estratégico mediante proposições do prof. Igor Ansoff, dos pesquisadores do Stanford Research Institute e dos consultores da McKinsey Consulting Co. (TAYLOR, 1975).

O conceito de Administração Estratégica tem evoluído e continuará a evoluir (GINTER; WHITE, 1982). Como resultado, é perceptível a falta de consenso sobre o significado preciso do termo (ANSOFF, 1993).

O exercício do planejamento municipal pode ser um instrumento do desenvolvimento político e da sustentabilidade na esfera local. Recentemente, por reconhecimento da insuficiência dos parâmetros econômicos para avaliar o desenvolvimento dos países (e, portanto, pela perda de hegemonia da concepção economia de desenvolvimento), a ONU está calculando o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - que considera três dimensões: saúde, educação e renda. Para estimar o aspecto saúde, é utilizada a esperança de vida ao nascer. Para a educação, a taxa de alfabetização de adultos, assim como a taxa de matrícula combinada nos três níveis de ensino. E, por fim, busca-se estimar a renda das pessoas em seu próprio país, usando para tal o PIB per capita, ajustado para diferenças no custo de vida de cada nação (IPEA, 2009).

O trabalho realizado pelas instituições públicas brasileiras, como a ONU, com esse e outros índices, tem trazido à luz informações reveladoras das condições econômicas e sociais de cada município e região em relação aos demais. Em sua publicação em 2007 a ONU

apresenta além do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M, o Índice de Qualidade de Vida - ICV, desagregado por unidades municipais, que considera dimensões ausentes no cálculo do IDH, como infância e habitação, e outras variáveis, como um índice de desigualdade de renda, por exemplo (IPEA, 2009).

Nesse contexto, em relação ao planejamento estratégico na administração pública, os princípios que regem estão presentes no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. São eles: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, os quais têm como finalidade eficácia nas prestações de serviços públicos atendendo as necessidades e o interesse social.

A administração pública é aquela operada por agentes públicos no exercício de uma função. E o exercício dessa função, pública, em um Estado de Direito, é voltada necessariamente ao cumprimento de uma finalidade, estabelecida em lei e voltada à realização do interesse público, do bem comum. Assim, o planejamento, método importado da administração empresarial, ao ser aplicado à administração pública e, mais especificamente, à administração judiciária, deve necessariamente imbuir-se das instituições de direito público e subordina-se aos princípios a ele inerentes (SILVA, 2006, p. 12).

Dessa maneira, o Poder Judiciário tem como objetivo principal dedicar-se a prestação de serviço jurisdicional com qualidade, eficiência e agilidade, para que o planejamento possa ser usado como uma fonte de organização, obtendo resultados sejam eles a curto ou longo prazo.

O planejamento estratégico só será possível se o governo, os agentes públicos, privados e a sociedade civil estiverem dispostos a colocá-lo em prática, para que de fato o mesmo seja implantando e engajado dentro de sua aplicabilidade.

O próximo item a seguir irá tratar da Lei de Responsabilidade Fiscal, abordando aspectos relevantes sobre sua aplicação e finalidade no controle dos gastos públicos, onde também deve haver planejamento.

2.1.3 Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada com o intuito de controlar os gastos públicos e evitar o desperdício de recursos, a Lei nº 101 de 4 de maio de 2000, “pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito,

inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar” (Art. 1º, § 1º Lei 101/2000).

Nesse contexto, a referida lei tem como finalidade servir como ferramenta para controlar os gastos públicos. Segundo Kalife (2004), a Lei de Responsabilidade Fiscal tem como intuito uma gestão fiscal responsável a qual deve ser feita por meio de um planejamento cuidadoso, sendo que suas ações devem ser executadas buscando sempre o equilíbrio das contas públicas, correção de desvios, prevenção de riscos, cumprimento das metas propostas e, sobretudo, manter a transparência de todas as ações da Administração Pública.

Nos termos da Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei complementar de finanças públicas, o que permite associá-la a uma função estabilizadora da economia. Com estabilidade econômica, os governos dispõem de condições para o aumento da oferta de serviços públicos essenciais, além da execução de programas governamentais voltados para a distribuição de renda. Outra questão importante no que se refere à atuação do setor público na economia está na manutenção do equilíbrio nas contas governamentais. A Constituição de 1988, no que se refere ao planejamento na administração pública, teve a clara preocupação de institucionalizar a integração entre os processos de planejamento e orçamento, ao tornar compulsória a elaboração dos três instrumentos básicos para este fim. O primeiro deles, o Plano Plurianual – PPA, destinado às ações de médio prazo, coincidindo com a duração do mandato do chefe do Executivo; o Orçamento Anual - LOA, para discriminar os gastos de um exercício financeiro; e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para servir de elo entre aqueles dois Instrumentos. A lei instrumentaliza a apresentação detalhada das finanças através de relatórios padronizados, sendo a responsabilidade de fiscalização quanto ao cumprimento das normas de gestão fiscal atribuída ao Poder Legislativo, este com o auxílio do Tribunal de Contas, e aos sistemas de controle interno de cada Poder e do Ministério Público.

O conteúdo das prestações de contas deve englobar o desempenho da arrecadação de receitas, destacando as providências adotadas quanto à fiscalização e ao combate à sonegação; as medidas administrativas e judiciais de recuperação de créditos e as destinadas ao incremento das receitas tributárias e de contribuições. Caso as contas sejam reprovadas, deve o Tribunal instaurar investigação para apuração nas esferas de responsabilidade e a aplicação das sanções previstas, que podem variar desde aplicação de multa até tornar inelegível o chefe do executivo. A Lei de Responsabilidade Fiscal veio não só estabelecer de fato a responsabilidade, como também deliberar condições e requisitos para o exercício pleno da gestão financeira e patrimonial do poder público.

Dessa maneira, Motta e Fernandes (2001) dizem que a lei instituiu alguns princípios a serem seguidos: combater o desperdício dos gastos públicos; não realizar gastos acima do valor que se arrecada; não se comprometer com dívidas com valores maiores do que se pode quitá-las e saber usar corretamente os gastos públicos. Além disso, a mesma lei recomenda fundamentos que devem também ser adotados pela administração pública, são eles: fazer com que a gestão fiscal seja transparente para a população; criar mecanismos de controle social democráticos e eficientes; conceder o planejamento fiscal substancial e punir e responsabilizar o gestor público que fizer mau uso de suas funções administrativas.

Por conseguinte, a Lei de Responsabilidade Fiscal funciona como um mecanismo de grande importância porque ela serve não só para fiscalizar os gastos públicos e como eles são usados na administração pública como também serve para avaliar a qualidade de vida populacional, através dos meios que lhe são dispostos.

2.2 QUALIDADE DE VIDA

O termo qualidade de vida implica diretamente as questões sociais e tem como objetivo principal analisar a relação existente entre o aspecto financeiro de uma determinada localidade e as melhores condições de vida da população, sendo este conceito incorporado depois de Segunda Guerra Mundial (MEEBERG, 2008). Sendo assim, a seguir serão tratados alguns conceitos sobre a qualidade de vida e alguns índices que melhor entender seu significado.

2.2.1 Conceito

É um nível de condições ou um conjunto de condições que contribuem para o bem físico e espiritual dos indivíduos em sociedade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2008), qualidade de Vida é “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. No diz que a qualidade de vida, ela pode variar de pessoa para pessoa, dependendo de seus objetivos e suas expectativas. Observa-se, também, que alguns aspectos são comuns e universais, como o bem-estar físico, psicológico, relações sociais, o ambiente, o nível de independência e as crenças pessoais ou religiosidade. A estes seis itens deram o nome de “domínios”, ou seja, são os principais aspectos que determinam a Qualidade de Vida de uma pessoa.

Segundo Herculano (2000), qualidade de vida é algo, que ninguém saberia definir, mas que, parodiando a referência da poetisa Cecília Meirelles à liberdade, todos entendem o que é. Talvez por isto a ênfase dos estudos sobre qualidade de vida enfoque predominantemente a sua mensuração, ficando embutido na escolha sobre o que mensurar os pressupostos do que se entende e venha a compor a qualidade de vida.

A qualidade de vida pode ser avaliada de duas maneiras, a primeira a que procura satisfazer suas necessidades quantificando-as e a outra através de suas estimativas desejadas.

Segundo Durkheim (1893), com seu pensamento clássico, que existe uma diferença entre o prazer e a felicidade e com a sua apologia à moderação. Dizia também ser a felicidade um estado geral e constante, enquanto o prazer é uma espécie de crise, que dura um momento e morre.

O Sistema de Bem-Estar da Escandinávia definiu princípios subjacentes para seus indicadores sociais, baseados em 03 verbos considerados básicos à vida humana: ter, amar, ser (NUSSBAUM; SEN, 1995, p. 88). Definindo-os melhor os verbos, o Ter seria as condições materiais, o Amar seria as necessidades sociais e o Ser as necessidades de crescimento pessoal.

O importante entre o que significa qualidade de vida e o que de fato a define é que precisamos criar indicadores e indícios de qualidade, que nos ajudem a construir um futuro mais desejável e seguro. Precisamos mensurar, sim, e fazê-lo principalmente em termos qualitativos.

Desse modo, para entender o significado da qualidade de vida de uma população, faz necessário analisar os indicadores de IDH e IDHM para mensurar as condições de vida de um determinado local, como será feito a seguir.

Uma forma de mensurar a qualidade de vida de uma população é o IDH, sendo que a qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo atendidas e que eles não têm as oportunidades negadas para atingir a felicidade com relação ao status físico de saúde, ou as condições sociais ou econômicas.

A meta de se melhorar a qualidade de vida, ao lado da prevenção de problemas de saúde evitáveis, tem uma importância cada vez maior na promoção da saúde. Isso é particularmente importante para o atendimento das pessoas idosas, das pessoas com doenças crônicas, dos doentes terminais e dos deficientes.

2.2.2 IDH

Em 1990 a ONU, deu início ao estudo sobre o desenvolvimento humano, através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual era realizado através do PIB (Produto Interno Bruto). O IDH é composto por três dimensões, sendo elas longevidade, renda e educação.

Esse estudo teve como principal aspecto mensurar o desenvolvimento humano e qualidade de vida das pessoas de um determinado lugar. Seus pressupostos são óbvios, quanto maior a instrução, maior a informação e a predisposição para a ação positiva, quanto mais universalmente distribuída a educação, menos concentrada será a renda, quanto mais assistida uma pessoa maior será sua expectativa de vida (HERCULANO, 2000).

O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano, uma medida importante apresentada pelo programa das Nações Unidas (ONU) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Sendo ele calculado em dados econômicos e sociais. O mesmo vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Também usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões (ATLAS BRASIL, 2013).

No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita, ou seja, a renda. Levando em consideração a classificação por ranking:

- 25% de menor IDH - desenvolvimento humano baixo (geralmente países pobres);
- 25% acima dos de menor IDH - desenvolvimento humano médio (geralmente países em processo de desenvolvimento);
- 25% abaixo dos países de melhor IDH - desenvolvimento humano alto (geralmente países em rápido processo de crescimento econômico - emergentes);
- 25% de melhor IDH - desenvolvimento humano muito alto (geralmente países ricos e bem desenvolvidos) (ATLAS BRASIL, 2013).

De acordo com dados do IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 2014, o IDH do Brasil é 0,755 (75º entre 188 países). Embora apresente deficiências no sistema educacional, o IDH do Brasil é considerado de alto desenvolvimento humano, pois o país vem apresentando bons resultados econômicos e sociais.

O principal objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi e é o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano (ATLAS BRASIL, 2013).

Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate sobre o progresso de uma nação (HERCULANO, 2000).

2.2.3 IDHM

Por sua vez, O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Incluindo assim, o IDHM em seus três componentes: longevidade, educação e renda, contando um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira.

Estatística das Nações Unidas aponta desenvolvimento marcante dos municípios sergipanos. Estudo demonstra evolução de 1991 a 2010.

As constatações apontadas no Atlas de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) (2013) demonstram um patamar de evolução sem precedentes nos municípios sergipanos nos indicadores avaliados que contemplam, sobretudo, três dimensões: renda, educação e longevidade. O estudo é fruto de uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). A análise dos dados aponta que a evolução do Índice de Desenvolvimento em Sergipe cresceu (no período da pesquisa que contempla 1991, 2000 e 2010 onde ocorreram os censos do IBGE) bem mais que a média nacional.

Outro fato importante obtido no estudo vem da análise do desenvolvimento nos municípios fora da área metropolitana, justamente um dos focos principais da atual administração.

A seguir serão analisados os componentes relacionados ao desenvolvimento humano.

2.2.3.1 Componente Individual do Desenvolvimento humano

O IDH é uma medida de desenvolvimento humano do país. Este índice é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Onde o mesmo é um indicador estático, composto por três parâmetros:

Estas três dimensões são mensuradas no IDH pelos seguintes indicadores:

- Esperança de vida ao nascer;
- Taxas de alfabetização e de matrícula;
- PIB per capita (PNDU, 2013).

2.2.3.2 Componentes Social do Desenvolvimento humano

O componente social é uma atividade social, que visa dar poder a indivíduos e grupos pela oferta de conhecimentos necessários para que ocorram mudanças em seu meio social.

2.2.3.3 Longevidade e Desenvolvimento humano

A longevidade é um dos três elementos que compõe o IDHM, tendo como base uma vida longa e saudável, que é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência.

O IDH Longevidade (0,816) é o que mais contribui em termos absolutos para o nível atual do IDH do Brasil. É também o componente que apresenta o menor hiato à distância até 1 – em 2010 (0,184). Esta evolução da dimensão Longevidade reflete o aumento de 9,2 anos (14,2%) na expectativa de vida ao nascer entre 1991 e 2010. Neste mesmo período, o IDH Longevidade do país acumulou alta de 23,2%.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2013, a expectativa de vida do país cresceu 14% (9,2 anos) entre 1991 e 2010. A faixa etária entre os municípios, varia de 65 a 79 anos, uma diferença de 14 anos entre a mais alta e mais baixa esperança de vida ao nascer.

O IDH Longevidade é o sub índice que apresenta a maior redução na diferença entre o maior e o menor resultado encontrado nos municípios brasileiros, sendo assim, nas últimas duas décadas foram de 0,222. Todos os municípios brasileiros estão na faixa de Médio, Alto ou Muito Alto Desenvolvimento Humano no IDH Longevidade. Entre 2000 e 2010, 39% dos municípios apresentaram crescimento acima da média do crescimento nacional, com destaque para o norte e nordeste.

Em 2010, 42% dos municípios brasileiros, tiveram um resultado a acima do (0,816). No Sul, chega a 76%, com destaque para Santa Catarina, Nordeste 54% dos municípios ainda apresentam IDH Longevidade baixo (entre os 20% valores mais baixos desta dimensão no país). Mas, 1.193 dos 1.704 municípios (66%) apresentam, na última década, crescimento superior ao observado para o país.

Para transformar esse número de anos em um índice, usa-se como parâmetro máximo de longevidade, 85 anos, e, como parâmetro mínimo, 25 anos. Assim, se o município em questão tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, seu IDHM-L será: $(70 - 25) / (85 - 25) \Rightarrow 45 / 60 \Rightarrow \text{IDHM-L} = 0,750$. Logo, o IDHM-L do município será 0,750.

No aspecto longevidade, que aponta para a expectativa de vida nos municípios, Sergipe é o sexto colocado no Nordeste, representando um avanço de 34% em 20 anos, e apontando para uma evolução de quatro anos a mais na expectativa de vida de 2000 a 2010. “Mesmo ainda recebendo críticas, os sistemas e programas de saúde redundaram em uma melhoria dos índices, representado pelo aumento da expectativa de vida dos sergipanos”, diz o economista Ricardo Lacerda, em uma coluna intitulada “Primeira Mão” em 2013, contextualizando a análise que aponta que a razão de pessoas acima dos 65 anos passou de 4,18 para 6,14 em vinte anos.

Outro dado curioso refere-se à taxa de fecundidade total por mulher, que caiu de 3,64 filhos em 1991, para 1,95 filhos em 2010, posicionando-se abaixo da chamada taxa de reposição e, conseqüentemente, apontando para um “envelhecimento” da população.

Já no aspecto da população sergipana com acesso a banheiro e água encanada, houve um aumento de 53% entre 1991 e 2010, o que também é um item relevante na avaliação da qualidade de vida dos sergipanos.

2.2.3.4 Educação e Desenvolvimento humano

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil apresentou melhora em 2013, confirmando uma trajetória de crescimento constante durante as últimas três décadas.

As evoluções nas três dimensões do índice (vida longa e saudável, educação e padrão de vida decente) mostram uma convergência rumo a uma maior harmonização do desenvolvimento humano no Brasil, ao longo dos anos.

Os dados fazem parte do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2014, lançado pelo PNUD em Tóquio, no Japão. Em uma perspectiva a longo prazo, o país atingiu 11,2 anos de expectativa de vida, viram a renda aumentar em 55,9% enquanto que, na educação, a expectativa de anos de estudo para uma criança que entra para o ensino em idade escolar cresceu 53,5% (5,3 anos) e a média de anos de estudo de adultos com 25 anos ou mais subiu quase 176,9% (4,6 anos). Dados significativos e expressivos. Com um IDH de 0,744, o Brasil melhorou uma posição em relação a 2012 no ranking de países, aparecendo agora em 79º entre os 187 países e territórios reconhecidos pela ONU. Este IDH é superior ao IDH médio da América Latina e do Caribe (0,740) e ao IDH calculado para os países de Alto Desenvolvimento Humano (0,735), grupo do qual o Brasil faz parte. Das 102 nações que compõem os grupos de Muito Alto e Alto Desenvolvimento Humano, apenas 18 apresentaram melhora no ranking em relação ao ano anterior, dentre as quais o Brasil.

Para avaliar a dimensão da educação, os cálculos do IDH consideram-se dois indicadores. O primeiro, com peso dois, é a taxa de alfabetização de pessoas com quinze anos ou mais de idade — na maioria dos países, uma criança já concluiu o primeiro ciclo de estudos (no Brasil, o Ensino Fundamental) antes dessa idade. Por isso, a medição do analfabetismo se dá, tradicionalmente, a partir dos 15 anos de idade.

O segundo indicador é a taxa de escolarização: somatório das pessoas, independentemente da idade, matriculadas em algum curso, seja ele fundamental, médio ou superior, dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos, em cada localidade. Também entram na contagem os alunos supletivos de classes de aceleração e de pós-graduação universitária, nesta área também está incluído o sistema de equivalências como o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) ou o Centro de

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

Se considerarmos que as taxas de alfabetização e de frequência já variam entre 0 e 1 (0% a 100%), torna-se desnecessário "convertê-las" em um índice, como nas dimensões saúde e renda. É preciso apenas aplicar os pesos de cada indicador para se chegar a uma média.

2.2.3.5 Renda e Desenvolvimento humano

A renda é calculada tendo como base o PIB per capita (por pessoa) do país. Como existem diferenças entre o custo de vida de um país para o outro, a renda medida pelo IDH é em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra), que elimina essas diferenças.

O IDH 2010 introduziu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. As dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores. Todos os indicadores necessários para elaborar o IPM, para um domicílio são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar.

Os indicadores são ponderados e os níveis de privação são computados para cada domicílio na pesquisa. Um corte de 33,3%, que equivale a um terço dos indicadores ponderados, é usado para distinguir entre os pobres e os não pobres. Se o nível de privação domiciliar for 33,3% ou maior, esse domicílio (e todos nele) é multidimensionalmente pobre. Os domicílios com um nível de privação maior ou igual a 20%, mas menor que 33,3%, são vulneráveis ou estão em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres.

O IPM é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e tem como objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda, medida pelo percentual da população que vive abaixo de PPC US\$1,25 por dia. Ela mostra que a pobreza de renda relata apenas uma parte da história.

Para calcular o índice de renda, utilizam os logaritmos da renda média municipal per capita e dos limites máximo e mínimo de referência. O logaritmo é usado porque ele expressa melhor o fato de que um acréscimo de renda para os mais pobres é proporcionalmente mais relevante do que para os mais ricos. Ou seja: R\$ 10,00 a mais por mês para quem ganha R\$ 100,00 proporciona um maior retorno em bem-estar do que R\$ 10,00 para quem ganha R\$ 10.000,00.

Finalmente, para se chegar ao índice de renda municipal (IDHM-R) aplica-se a fórmula a seguir: $IDH-R = (\log \text{ de renda média municipal per capita} - \log \text{ do valor de referência mínimo})$

/ (log do valor de referência máximo - log do valor de referência mínimo). Para um município com renda municipal per capita de R\$ 827,35, o cálculo ficaria assim: $IDHM-R = (\log R\$ 827,35 - \log R\$ 3,90) / (\log R\$ 1.560,17 - \log R\$ 3,90) \Rightarrow IDHM-R = 0,894$.

Os municípios sergipanos com maior IDHM são Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Propriá. Na dimensão renda, o ranking aponta, respectivamente, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itabaiana, Propriá e Estância. O economista Ricardo Lacerda em uma coluna de intitulada “Primeira mão” afirma que:

É fundamental observar a representação gráfica desse processo de evolução de 1991 a 2010, sobretudo, no aspecto da interiorização do desenvolvimento. Houve um crescimento uniforme da renda em Sergipe, revertendo uma lógica perversa que concentrava a renda nas regiões metropolitanas, sobretudo, no entorno da capital. A realidade hoje é outra e podemos nos orgulhar disso, embora ainda haja grandes demandas em áreas como saúde e educação que precisam ser trabalhadas (NASCIMENTO, 2013).

O que fica claro é o resultado de iniciativas inovadoras e da decisão política de buscar promover o desenvolvimento e qualidade de vida de maneira equilibrada no território sergipano, a exemplo da consolidação de novas cadeias e oportunidades para que os sergipanos consigam mudar, para melhor, o rumo de suas próprias histórias.

2.2.4 Críticas aos Conceitos de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano tem sido criticado por uma série de razões, incluindo pela não inclusão de quaisquer considerações de ordem ecológica, focando exclusivamente no desempenho nacional e por não prestar muita atenção ao desenvolvimento de uma perspectiva global.

Estudiosos afirmam que os relatórios de desenvolvimento humano perderam o contato com sua visão original e o índice falha em capturar a essência do mundo que pretende retratar.

O índice também foi criticado como "redundante" e uma "reinvenção da roda", medindo aspectos do desenvolvimento que já foram exaustivamente estudados.

O índice foi ainda criticado por ter um tratamento inadequado de renda, falta de comparabilidade de ano para ano e por avaliar o desenvolvimento de forma diferente em diferentes grupos de países.

O economista Bryan Caplan, criticou a forma como as pontuações do IDH são produzidas; cada um dos três componentes é limitado entre zero e um. Como resultado disso, os países ricos não podem efetivamente melhorar a sua classificação em certas categorias,

embora haja muito espaço para o crescimento econômico e longevidade. Ele diz em seu site que:

Isso efetivamente significa que um país de imortais, com um infinito PIB per capita iria obter uma pontuação de 0,666 (menor do que a África do Sul e Tajiquistão), se sua população fosse analfabeta e nunca tivesse ido à escola. Ele argumenta: A Escandinávia sai por cima de acordo com o IDH, porque o IDH é basicamente uma medida de quão escandinavo um país é.

A crítica ao índice é uma medida redundante que pouco acrescenta ao valor das ações individuais que o compõem, que é um meio de dar legitimidade às ponderações arbitrárias de alguns aspectos do desenvolvimento social, que é um número que produz uma classificação relativa, que é inútil para comparações temporais e que é difícil comparar o progresso ou regresso de um país, uma vez que o IDH de um país num determinado ano depende dos níveis de expectativa de vida ou PIB per capita de outros países no mesmo ano.

No entanto, a cada ano, os estados membros da ONU são listados e classificados de acordo com o IDH. Se for alta, a classificação na lista pode ser facilmente usada como um meio de engrandecimento nacional, alternativamente, se baixa, ela pode ser utilizada para destacar as insuficiências nacionais. Usando o IDH como um indicador absoluto de bem-estar social, alguns autores utilizaram dados do painel de IDH para medir o impacto das políticas econômicas na qualidade de vida.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS - SE

Aqui serão apresentadas informações sobre a cidade de Barra dos Coqueiros, localizada no Estado de Sergipe. Será relatado um breve histórico do município, com seus dados geográficos, bem como a economia, a educação, a saúde e o IDHM. A figura 1 mostra os limites geográficos do município.

Figura 1: Mapa do município de Barra dos Coqueiros



Fonte: Map Google (2017)

A Barra dos coqueiros é um município brasileiro do estado de Sergipe, localizado na região metropolitana de Aracaju. Geograficamente, é conhecida por se constituir na península de Santa Luzia. Após ligar-se a capital sergipana pela ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros.

2.3.1 Histórico

Durante a segunda metade do século XVI, a costa sergipana era frequentada pelos traficantes normandos do pau-brasil. Era a barra do rio Sergipe (barra do Cotinguiba, como então era chamado) o ponto preferido por esses aventureiros.

Portugal pôs fim à pirataria através da conquista das terras intermediárias. Entre Bahia e Pernambuco, realizada por Cristóvão de Barros. Segundo alguns historiadores, o atual Município teria abrigado, nos primeiros anos de sua fundação, a sede do Governo da Capitania de Sergipe Del Rei - São Cristóvão, fundada por Cristóvão de Barros em 1589, na costa ocidental da ilha dos Coqueiros, à margem esquerda do rio Sergipe e próximo de sua foz, local que corresponde, hoje, ao da Cidade de Barra dos Coqueiros. Era, então, povoado ou, talvez, apenas cidadela.

Em 10 de maio de 1875, por força da Resolução nº 1028, a antiga Capela de Nossa Senhora dos Mares da Barra dos Coqueiros foi elevada à categoria de freguesia (nunca provida eclesiasticamente). A Lei estadual nº 525-A, de 25 de novembro de 1953, criou o Município,

desmembrado do de Aracaju, compreendendo apenas a ilha de Coqueiros. É constituído de um único distrito, que é termo da Comarca de Aracaju.

A cidade de Barra dos Coqueiros fica à margem esquerda do rio Sergipe, bem defronte à cidade de Aracaju, da qual dista menos de um quilômetro. Altitude sobre o nível marítimo: 5 metros. O clima do Município é úmido e quente. A temperatura média oscila entre 30 e 20° C. O período chuvoso estende-se de abril a junho. Localiza-se na zona fisiografia do litoral do Estado de Sergipe.

O município estende-se em direção SE-NO, ao longo do litoral atlântico. Vários rios fazem a fronteira com os Municípios vizinhos: o Sergipe (navegável), com o de Aracaju, a leste; o Pomonga e o canal do mesmo nome, na direção SE-NO, com o de Santo Amaro das Brotas; e o Japarutuba, ao norte, com o do mesmo nome. A superfície municipal é de 86 km². O mesmo liga-se por via fluvial com o de Aracaju (10 minutos) e Santo Amaro das Brotas (2 horas e 20 minutos). Por via mista, fluvial até Aracaju (10 minutos) e daí, por rodovia - BR-11, SE-2 e SE-4 - (2 horas e 40 minutos) ou ferrovia - VFF Leste Brasileiro - (3 horas), alcança-se o de Japarutuba.

Em Barra dos Coqueiros havia, em 1960, 4 577 habitantes, segundo dados preliminares do último Censo Demográfico. A população urbana de 2 551 pessoas refere-se à cidade, única aglomeração deste tipo existente. Foram contados 982 domicílios. Densidade demográfica: 53 habitantes por quilômetro quadrado. A abundância de peixes (atum e cavala, principalmente) e crustáceos, no litoral atlântico e nos rios, estimula a pesca, que é feita rotineiramente. O sal marinho constitui a única riqueza mineral, explorada por duas salinas situadas à margem do rio Pomonga. Em 1960, a pesca não colonizada, feita por 72 pescadores, rendeu 7,9 toneladas, no valor de meio milhão de cruzeiros.

Distrito criado com a denominação de Barra dos Coqueiros, pela lei municipal nº 84, de 27-01- 1903, subordinado ao município de Aracaju. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito figura no município de Aracaju.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950. Elevado à categoria de município com a denominação de Barra dos Coqueiros e não más de povoado, pela lei estadual nº 525-A, de 25-11-1953, desmembrado de Aracaju. Sede no atual distrito de Barra dos Coqueiros. Constituído do distrito sede. Instalado em 31-01-1955. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

2.3.2 Dados Geográficos

De acordo com a enciclopédia dos municípios de 2014, o município possui uma extensão territorial de 90,322 Km², tendo uma distância 3 Km de Aracaju, capital do estado de Sergipe, limitando-se da mesma ao sul e ao oeste. Além disso, faz limite com outras cidades como os municípios de Santo Amaro das Brotas e Pirambu, ao norte e ao leste com o Oceano Atlântico. Tem o clima considerado como subúmido e sua vegetação são de Mata secundária (mata atlântica), manguezal e restinga. A hidrografia que compõe a cidade tem como rios: rio Sergipe, Japarutuba e o rio Pomonga. Seu relevo é de terraços marinhos e fluvio marinhos.

As principais manifestações populares existentes na comunidade são: Festa de Santa Luzia; Samba de coco; Quadrilha; Grupo de dança; Grupo de teatro; Artesanato de bordados. A padroeira da cidade é Santa Luzia, comemorando seu dia em 13 de dezembro. Ainda também, o município tem como principais atrativos turísticos as Praias: Atalaia Nova, Jatobá, Touro, Capuã, Terminal Marítimo Inácio Barbosa, Ponte Aracaju/Barra.

Conforme a enciclopédia dos municípios de 2014, a cidade apresentava em 2010 um contingente populacional de 24.976 habitantes, sendo que 20.886 deles residiam na zona urbana e 4.090 moravam na zona rural.

2.3.3 Economia local

É nesse município que se localiza o mais importante porto de Sergipe: o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB). De lá saem produtos comercializados por vias marítimas para o restante do país e para o exterior. Além disso, economicamente possui umas das maiores rendas de Sergipe, pois é nesse município que a Petrobras opera, trazendo *royalties* para a administração local¹.

O TMIB é um terminal offshore, seu cais de acostagem situa-se a 2.400 m da linha da costa e é abrigado por um quebra-mar artificial de 550 m. Atualmente passa por processo de revitalização e ampliação de sua capacidade.

O porto opera cargas gerais como madeira, coque, ureia, trigo, fertilizante e sucos naturais. É ainda utilizado, pela Petrobras, para apoio às atividades de exploração e produção de petróleo na costa de Sergipe. Sua jurisdição compreende a costa do estado de Sergipe, desde

¹

a extremidade norte da foz do rio Sergipe até a divisa com o estado de Alagoas e a margem sergipana do trecho navegável do rio São Francisco.

Possui capacidade de armazenagem para 55 mil toneladas, distribuídas em nove armazéns e dois silos de cimento com altura de 63 metros e capacidade de 17.500 toneladas cada um. O terminal está ligado à malha rodoviária federal (BR-101) através da rodovia estadual SE-226, com 22 quilômetros de extensão.

No final de 2010 foi assinado decreto pelo presidente Lula implementando uma ZPE no município de Barra dos Coqueiros.

As ZPEs Zona de Processamento de Exportação, correspondem a distritos industriais onde se instalam empresas com produção voltada para a exportação. Os empreendimentos que integram essas zonas têm como principal vantagem o direito a diversos incentivos tributários e cambiais, além de procedimentos aduaneiros simplificados. Empresas localizadas em ZPEs operam com suspensão de todos os tributos federais e liberdade cambial, ou seja, não são obrigadas a converter em reais as divisas obtidas nas exportações.

A ZPE de da Barra dos Coqueiros será bastante privilegiada em função da sua localização. Ela ficará vizinha ao Porto de Sergipe, que é um elemento fundamental para a viabilização de exportações. Além disso, está a apenas 22 km da BR-101, por onde a produção também pode ser escoada. Também será estrategicamente localizada com relação à região Nordeste, pois vai ficar bem próxima a estados como Bahia e Pernambuco.

Portanto, tal realização significa que será efetivamente criado um distrito industrial que fortalecerá a economia local. Para o secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Jorge Santana, a ZPE representa uma nova configuração para a economia sergipana. “Naquele espaço geográfico irão se instalar, futuramente, indústrias exportadoras. Isso significa que, além de gerarem emprego e renda, elas vão contribuir para inverter a situação da nossa balança comercial. Hoje, importamos mais que exportamos, então, ao criar um distrito industrial voltado para a exportação, estaremos trabalhando para transformar Sergipe num estado cuja balança comercial se tornará superavitária”, explicou o secretário, na Agência Sergipe de Notícias, em 19 de dezembro de 2011.

2.3.4 Educação

Um elemento imprescindível para o desenvolvimento e fundamental para a qualidade de vida, a educação, também demonstrou avanço embora ainda sejam necessários vários esforços para evoluir cada vez mais neste aspecto. Pelo estudo, Sergipe é o quinto colocado no

IDHM no Nordeste, apresenta uma evolução de 165% em 20 anos, onde a taxa de frequência líquida (que representa mais crianças na escola) quadruplicou nesse período, e a expectativa de anos de estudo passou de 6,45, em 1991, para 9,01, em 2010, um aumento de 40%. “São resultados expressivos, mas ainda há muito a avançar no aspecto da educação, sobretudo, no tocante ao ensino fundamental e médio. Esta é uma lacuna que ainda demandará muito esforço do Governo”, explica Ricardo Lacerda, relatou o mestre em Economia, professor do Departamento de Economia da UFS e assessor econômico do Governo do Estado.

2.3.5 Saúde

De acordo com a enciclopédia dos municípios de 2014, a cidade possuía 13 estabelecimentos de saúde para a população no ano de 2010. No mesmo ano, ela atendia 87,6% dos domicílios com o abastecimento de água e 97,7% com o fornecimento de energia elétrica. Já o saneamento básico adequado atingia 57,2% das residências e a coleta de lixo compreendia 95,5% das casas em 2010.

2.3.6 IDHM do Município

O IDHM do município com base nos dados do IBGH no ano de 2010 atingiu o patamar de 0,623 considerado crescente comparado aos dados anteriores de 1991 e 2000. Seu PIB per capita a preços correntes em 2014 atingiram o valor a cima de R\$ 13.910,58. Esse fato chama a atenção, já que o crescimento econômico do município é crescente devido à grande especulação imobiliária e ao aumento do turismo. Mesmo com esse alavanque na economia do município o mesmo não conseguiu um expressivo resultado na faixa de desenvolvimento humano, saindo de baixo para médio.

3 METODOLOGIA

Cada pesquisa é naturalmente diferente de qualquer outra. Daí surge a necessidade de previsão e provisão dos recursos adquiridos de acordo com a sua especialidade. Mas quando o pesquisador consegue rotular seu projeto de pesquisa de acordo com um sistema de classificação, trona-se capaz de conferir maior racionalidade às etapas requeridas para sua execução (GIL, 2010).

Mas para que essa classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado para a classificação. Assim, é possível estabelecer múltiplos sistemas de classificação e defini-las segundo a área de conhecimento, a finalidade, o nível de explicação e os métodos adotados (GIL, 2010).

Sendo assim, este capítulo tem a finalidade de apresentar os aspectos metodológicos que foram empregados na pesquisa. Os tópicos abordados apresentam as questões de pesquisa, a caracterização do estudo, o método pesquisa, unidade de análise, fontes de evidências e definições construtivas.

3.1 QUESTÕES DE PESQUISA

De acordo com os objetivos específicos, seguem a baixo as questões referentes ao tema:

- a) Quais são as variáveis do IDHM do município?
- b) Quais políticas públicas foram desenvolvidas pelo município de Barra dos Coqueiros com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população?
- c) Que estratégias podem ser adotadas pela gestão pública para a melhoria do IDHM?

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para Gil (2010) a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos, para procurar de formas bem simples respostas para indagações propostas. Entende-se que esta pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo, a pesquisa exploratória tem como objetivo familiarizar-se com o assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado, com a finalidade de conhecer melhor sobre o assunto, e por ser qualitativo, este trabalho se preocupa com o aprimoramento da compreensão de um grupo social. Com isso, este tipo de estudo tem como intuito explicar o “porquê” das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas sem apresentar valores quantitativos. Nesse contexto, pesquisas qualitativas

preocupam-se com os aspectos da realidade que não pode ser quantificadas, tendo como foco a compreensão da dinâmica das relações sociais e humanas.

Dando continuidade, de acordo com Gil (2010), as pesquisas podem ser classificadas em relação aos seus objetivos gerais, descritivas, explicativas e exploratórias.

As pesquisas descritivas têm como objetivos a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. Salienta-se as que têm por objetivos estudar as características em grupo: por idade, sexo, precedência, nível de escolaridade, etc.

As explicativas têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Essas são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois têm como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas. Valendo-se quase exclusivamente do método experimental, chegando a ser chamada de “quase experimentais”.

As exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

A metodologia empregada nesta pesquisa consiste em uma pesquisa qualitativa, baseada em pesquisa documental, utilizando dados do IDHM coletados pelo Atlas Brasil (2013) e por meio desses dados, serão analisados os índices de educação, renda e longevidade da cidade Barra dos Coqueiros/SE.

Com isso, o fundamento deste estudo é analisar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da cidade Barra dos Coqueiros.

3.3 MÉTODO DA PESQUISA

A presente pesquisa foi elaborada usando a técnica de estudo de caso. Na visão de Yin (2001), o estudo de caso tem como característica uma questão de pesquisa do tipo “como” ou “por que” sobre uma soma de acontecimentos atuais que o pesquisador tem pouco controle ou nenhum.

Para o autor, o estudo de caso é visto como um estudo empírico que tem como finalidade investigar um fenômeno atual dentro de um contexto real. Por outro lado, para Gil (2002), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo bastante cansativo de um ou de poucos objetos de modo que permita o seu conhecimento abrangente e detalhado, caminho praticamente impossível devido a outros tipos de planejamento.

Por se tratar da análise do IDHM do município da Barra dos Coqueiros, fazendo uma análise da situação da cidade sobre o Índice de Desenvolvimento Humano, esta pesquisa se enquadra como um estudo de caso único.

3.4 UNIDADE DE ANÁLISE

A principal relevância da pesquisa está voltada para o resultado negativo do município de Barra dos Coqueiros em relação aos componentes avaliados pelo IDH, nos últimos levantamentos de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010, onde o mesmo só cresceu na educação e com dados não muito satisfatórios seguidos pela longevidade e renda, sendo assim, o presente estudo pretende analisar o IDHM da cidade Barra dos Coqueiros/SE a fim de observar se a qualidade de vida deste município se encontra nos padrões necessários para que a população viva com dignidade.

3.5 FONTES DE EVIDÊNCIA

Conforme Yin (2001), há seis fontes de evidências, são elas: Documentação, Registro de arquivos, Entrevistas, Observação direta, Observação participante e Artefatos físicos.

Gil (2001) sustenta que a pesquisa documental é similar a pesquisa bibliográfica. A distinção entre ambas é a origem da fonte. A primeira se utiliza de materiais que não recebem um tratamento analítico, por sua vez, a segunda se apoia nas contribuições de diversos estudiosos sobre determinado assunto.

Levando em consideração a análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da cidade de Barra dos Coqueiros, a ferramenta de documentação exercerá um papel fundamental. Além disso, a entrevista realizada conforme apêndice.

3.6 DEFINIÇÕES CONSTRUTIVAS

Após a definição dos conceitos é possível evidenciar o direcionamento do estudo. De acordo com Gil (2008, p. 79), as definições construtivas representam “a operacionalização das variáveis, que pode ser definida como processo em que sofre uma variável (ou um conceito) a fim de se encontrar os correlatos empíricos que possibilitem sua mensuração ou classificação”. Sendo assim, o referido estudo define os seguintes conceitos:

1. **IDH:** é um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O

relatório anual de **IDH** é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU.

2. **IDHM:** considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.
3. **Fator longevidade:** o envelhecimento da população é uma das principais transformações dos últimos anos, em escala global, e fica ainda mais acentuado com o aumento da expectativa de vida, se configurando como uma das principais mudanças desse novo século. Pessoas que ultrapassam os 100 anos de idade já são realidade e se mostram como mais um novo desafio para a medicina e a psicologia. No Brasil, até 2012, já eram quase 30 mil pessoas com mais de um século de vida, segundo o IBGE.
4. **Fator renda:** segundo a economia clássica, é a remuneração dos fatores de produção: salários (remuneração do fator trabalho). Um indicador social que evidencia um bom IDH é a renda per capita. No Brasil, há uma grande desigualdade na distribuição de renda entre classes sociais, gênero e etnias.
5. **Fator educação:** é avaliado o índice de alfabetização de adultos e também os níveis de escolarização da população em geral. O grau de escolaridade da população (média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada); nível de saúde (expectativa de vida da população).
6. **Qualidade de vida:** é o método utilizado para medir as condições de vida de um ser humano ou é o conjunto de condições que contribuem para o bem físico e espiritual dos indivíduos em sociedade.
7. **Desenvolvimento social:** se refere à circunstância onde uma sociedade adquire melhores condições de vida de maneira sustentável.

3.7 CATEGORIAS ANALÍTICAS E ELEMENTOS DE ANÁLISE

Gil (2002) nos diz que algumas das conceituações ou variáveis utilizadas nos levantamentos de dados referentes às questões sociais são empíricos, ou seja, dizem respeito a fatos ou fenômenos que podem ser observáveis e comensuráveis com mais destreza. Para o autor, há outros fatos não podem ser observados imediatamente nem passível de mensuração.

Desse modo, se faz necessário uma coleta anterior dos dados, a fim de que essas variáveis se tornem passíveis de realizar a observação e a mensuração.

Quadro 1: Categorias analíticas e elementos de análise

Categorias de Análise	Elementos de análise	Evidência
Longevidade	<ul style="list-style-type: none"> • Esperança de vida ao nascer; • Longevidade. 	Atlas e pesquisa documental
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • % com 0 a 3 anos que frequentam escola ou creche; • % de crianças que frequentam a escola no ensino fundamental; • % de estudantes que frequentam o ensino médio; • % da escolaridade de pessoa adulta. 	Atlas e pesquisa documental
Renda	<ul style="list-style-type: none"> • Renda per capita da população. 	Atlas e pesquisa documental

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.8 PROTOCOLO DE ESTUDO

O protocolo de estudo, segundo Gil (2002), é considerado como uma dos melhores modos de aumentar a confiabilidade do estudo de caso. Com isso, no quadro 02, que se segue, serão discutidos os componentes que compõem o protocolo de estudo de caso que foram realizados na pesquisa.

Quadro 2: Protocolo de estudo de caso

Questão de pesquisa	Que ações podem ser tomadas para a melhoria do índice e da qualidade de vida da população do município da Barra dos Coqueiros/SE? E como se apresenta os indicadores do IDHM do município analisado?
Unidade de análise	IDHM do município da Barra dos Coqueiros
Organização	Município da Barra dos Coqueiros situado ao sul e ao oeste da capital de Sergipe.
Limite de Tempo	Ano de 2017
Fontes de dados e confiabilidade	Dados coletados pela análise documental da pesquisa ATLAS.

Validade de construtos	Fontes múltiplas de evidência (análise documental).
Questões do estudo de caso	Quais são as variáveis do IDHM do município? Quais ações foram desenvolvidas pelo município de Barra dos Coqueiros com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população? Que ações podem ser adotadas pela gestão pública para a melhoria do IDHM?
Procedimento de campo do protocolo (PREPARAÇÃO)	Elaboração de roteiro de análise.
Procedimento de campo do protocolo (AÇÃO)	Realização da análise Transcrição da análise
Relatório do estudo de caso	Consolidação dos dados Confronto dos dados com os objetivos da pesquisa.

Fonte: Baseado em Gil (2002).

3.9 CRITÉRIOS DE CONFIABILIDADE

Os critérios de confiabilidade, conforme a definição de Yin (2001), se refere à verificação para observar se o pesquisador seguiu todos os procedimentos da pesquisa descrita. Dessa forma, o presente trabalho busca criar confiabilidade com base no protocolo de estudo de caso apresentado anteriormente.

A limitação se refere ao tipo de pesquisa, visto que a entrevista exploratória precisa que o pesquisador faça uma análise, tendo como direcionamento as informações do entrevistado, bem como a análise dos dados da cidade, adquiridos através de pesquisa no site Atlas Brasil para observação de como estão os índices da cidade objeto de estudo.

Conforme Yin (2001), há a existência de alguns fatores que condicionam limitações em pesquisas de estudo de caso: a falta de rigor metodológico; a dificuldade de generalização; e o tempo destinado à pesquisa. No próximo item da pesquisa, será abordada a análise dos indicadores do IDHM do município de Brejo Grande, para podermos verificar como estão os índices de Educação, Renda e Longevidade e observar se os indicadores melhoraram no decorrer do tempo, mostrando meios para o crescimento dos indicadores com base na entrevista realizada.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem a finalidade de realizar a descrição e análise dos dados obtidos por meio de pesquisa documental e exploratória extraída pelo Atlas Brasil, fazendo uma comparação entre a cidade da Barra dos Coqueiros, em Sergipe, analisando as dimensões: renda, educação e saúde.

Ainda também, com base na interpretação desses dados coletados, pretende-se responder os objetivos específicos da pesquisa e, em decorrência disso, sugerir políticas públicas para desenvolvimento do IDHM do município que é objeto deste estudo referente aos indicadores renda, educação e saúde.

O plano diretor do município analisado, apresenta uma lei complementar de 2015 e 2016 as quais não contemplam a qualidade de vida e a gestão pública do mesmo. As duas leis contemplam o crescimento industrial e o perímetro urbano. Vários foram os problemas constatados no PL 008/2014 que se aprovado pelos vereadores da barra dos Coqueiros, pode piorar a qualidade de vida e, ainda segundo os integrantes do plano, o meio para uma das maiores agressões ambientais do estado de Sergipe. O fórum em defesa da grande Aracaju destaca o plano diretor de Barra dos Coqueiros como o melhor de Sergipe, mas lamenta que o prefeito em exercício Airton Martins, que está em seu segundo mandato tenha enviado essa PL o qual propõe um maior adensamento na zona rural atualmente definido pelo plano diretor.

O plano diretor do município foi criado em 2006 pela promotoria de justiça da comarca de Barra dos Coqueiros, juntamente com a promotoria do meio ambiente de Aracaju, o Termo de Ajustamento de conduta (TAC), que visa a implantação do plano diretor do município, que serve como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Com a realização da análise dos conteúdos que compõe o Plano Diretor de Barra dos Coqueiros concluiu-se que é necessária a revisão do diagnóstico da realidade, o que deverá refletir na legislação votada para a implementação do Plano Diretor da Cidade, o qual não trabalha os benefícios econômicos, sociais e a qualidade de vida da população, seja ele em seu estado original ou em suas duas leis complementares.

4.1 IDHM- SAÚDE

Para analisar o índice de desenvolvimento humano em relação à longevidade, o Atlas Brasil (2013) usa o IDHM para mensurar a esperança de vida ao nascer. O indicador longevidade demonstra qual é a média de anos que a população nascida na cidade no ano de

referência deve viver. Dessa forma, este indicador se apresenta como uma boa ferramenta de averiguar as condições sociais, de saúde e de questões importantes para a saúde pública por considerar as taxas de mortalidade das diversificadas idades da cidade. Com isso, todas as causas de morte são contempladas neste indicador, não só as causas decorrentes de doença, mas também as causadas por fatores externos como violência, assaltos com vítimas e acidentes.

De acordo com a mesma fonte de análise acima mencionada, a mortalidade infantil, que tem como referência à mortalidade de crianças que possuem menos de um ano de idade, no município de Barra dos Coqueiros passou de 39,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 23,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Já em 1991, a taxa era de 72,1.

Para medir a longevidade da população em uma cidade, o Atlas Brasil (2013) utiliza a esperança de vida ao nascer como sendo o indicador para compor esta dimensão no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Na cidade estudada, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,7 anos na última década, passando de 65,8 anos, em 2000, para 71,5 anos, em 2010. Enquanto, em 1991, era de 58,0 anos. Como ilustração, o quadro a seguir evidencia alguns componentes no que diz respeito à longevidade, mortalidade e fecundidade no município de Barra dos Coqueiros.

Quadro 3: Longevidade, mortalidade e fecundidade de Barra dos Coqueiros.

Componentes	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	58,0	65,8	71,5
Mortalidade infantil	72,1	39,5	23,1
Mortalidade até 5 anos de idade	91,7	50,5	24,9
Taxa de fecundidade total	3,6	2,5	2,3

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Conforme o Atlas Brasil (2013), o IDHM saúde na cidade de Barra dos Coqueiros tinha o índice 0,736 em 1991, passando para o índice 0,527 em 2000, atingindo o índice 0,649 em 2010, o que comprova que a cidade apresentou uma evolução em relação à qualidade de vida da população.

4.2 IDHM- EDUCAÇÃO

No indicador educação, a cidade de Barra dos Coqueiros, consoante os dados coletados no Atlas Brasil (2013), apresentou uma proporção de 91,28% de crianças de 5 a 6 anos que frequentaram a escola, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos que estavam frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 75,06%, por sua vez, os jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo tinha uma proporção de 40,92%, por fim, a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 25,72%. Em relação aos anos entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 34,42 pontos percentuais, 58,51 pontos percentuais, 34,42 pontos percentuais e 20,50 pontos percentuais.

Outro aspecto que também faz parte do IDHM educação diz respeito à escolaridade da população adulta da cidade que possui 18 anos ou mais, mostrando que entre os anos 2000 e 2010 tinha um percentual que passou de 35,21% para 47,88%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Já em 1991, os percentuais eram de 25,15%, no município, e 30,09%, na UF. Por sua vez, no ano de 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 16,42% eram analfabetos, 45,31% possuíam o ensino fundamental completo, 29,00% tinham o ensino médio completo e 4,45% o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. O quadro a seguir mostra o crescimento do indicador educação no município de Barra dos Coqueiros:

Quadro 4: Escolaridade da população adulta com 18 anos ou mais de Barra dos Coqueiros.

Componentes	1991	2000	2010
Fundamental incompleto e analfabeto	34,3%	24%	16,4%
Fundamental incompleto e alfabetizado	41,9%	42,8%	38,3%
Fundamental completo e médio incompleto	12,2%	12,9%	16,3%
Médio completo e superior incompleto	10,2%	18,2%	24,6%
Superior completo	1,4%	2,2%	4,4%

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

O Atlas Brasil (2013) nos mostra que o IDHM educação na cidade analisada apresentou um índice de 0,354 em 1991, passando para 0,506 no ano 2000, e atingindo o índice de 0,632 em 2010, o que atesta que o indicador educação teve uma evolução, mesmo que pequena, no município.

4.3 IDHM- RENDA

O indicador referente à renda da cidade de Barra dos Coqueiros, conforme os dados coletados no Atlas Brasil (2013), nos mostra que a renda per capita média de Barra dos Coqueiros teve um crescimento de 110,78% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 212,93, no ano de 1991, para R\$ 260,11, no ano de 2000, e para R\$ 448,81, no ano de 2010. Isso quer dizer que a taxa média anual obteve um crescimento nesse período de 4,00%. Com isso, observa-se que a taxa média anual de crescimento foi de 2,25%, entre 1991 e 2000, e 5,61%, entre 2000 e 2010, valores percentuais que comprovam uma evolução na renda da cidade durante esses períodos. No tocante à proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 55,52%, em 1991, para 44,97%, em 2000, e para 25,68%, em 2010, o que caracteriza em uma queda considerável de pessoas pobres na cidade em questão. O quadro a seguir mostra a evolução da renda da cidade, embora haja um crescimento do percentual da pobreza, a pesquisa evidenciou que ainda há desigualdades sociais na cidade.

Quadro 5: Renda, pobreza e desigualdade na Barra dos Coqueiros.

Componentes	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	212,93	260,11	448,81
% de extremamente pobres	26,58	18,15	9,36
% de pobres	55,52	44,97	25,68

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

De acordo com o Atlas Brasil (2013), a taxa de ocupação populacional com idade de 18 anos ou mais teve um pequeno declínio de 2000 a 2010, principalmente, na taxa de desempregados, contudo no grau de formalização de ocupação teve um aumento considerável, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 6: Ocupação da população com 18 anos ou mais.

Componentes	2000	2010
Taxa de atividade: 18 anos ou mais.	60,50	58,15
Taxa de desocupação: 18 anos ou mais.	25,55	14,77
Grau de formalização dos ocupados: 18 anos ou mais.	51,23	56,51

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Consoante o Atlas Brasil (2013), o IDHM renda da cidade no ano de 1991 era de 0,666 em 2000 era 0,715 e no ano de 2010 passou para 0,758, o que demonstra não só uma alternância do indicador como também apresenta uma evolução.

De acordo com os dados do Atlas Brasil (2013), a taxa de ocupação populacional com idade de 18 anos ou mais e taxa no grau de formalização tiveram um crescimento de 2000 a 2010, por sua vez, a taxa de desempregados decaiu no mesmo período, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 7: Ocupação da população com 18 anos ou mais.

Componentes	2000	2010
Taxa de atividade: 18 anos ou mais.	65,84	69,80
Taxa de desocupação: 18 anos ou mais.	11,43	9,66
Grau de formalização dos ocupados: 18 anos ou mais.	32,80	35,77

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa analisou, tendo como procedimento metodológico o estudo de caso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) como mecanismo para a melhoria da qualidade de vida da população de Barra dos Coqueiros, situada em Sergipe. Neste item será demonstrada a conclusão do estudo, seguida das considerações finais, além de sugestões para futuras pesquisas.

5.1 RESPONDENDO AS QUESTÕES DE PESQUISA

Nessa parte do estudo serão respondidas as questões de pesquisa, com o intuito de sintetizar as informações coletadas para alcançar às conclusões do estudo. Tendo o objetivo de manter a harmonia com os objetivos da pesquisa, a análise das informações coletadas será organizada segundo as questões da pesquisa. Desse modo, almeja-se uma melhor compreensão das respostas.

A fim de que a proposta da pesquisa fosse cumprida, foi preciso coletar informações no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, para que Índice de Desenvolvimento Humano Municipal se convertesse em uma ferramenta de melhoria da qualidade de vida referente aos indicadores que constituem esta pesquisa: Renda; Educação e Longevidade, com a finalidade que possam aparecer sugestões para que o administrador público municipal possa agir em prol da melhoria dos indicadores e a qualidade de vida da localidade analisada.

No município de Barra dos Coqueiros, a dimensão que mais cresceu para contribuir com o IDHM da cidade foi a longevidade com um índice de 0,551, no ano de 1991, depois passou para 0,681, em 2000 e chegou ao índice de 0,776, em 2010. O indicador saúde é medido pela proporção da esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, mortalidade até 5 anos de idade e a taxa de fecundidade. Mas é a esperança de vida ao nascer que mensura o indicador da dimensão longevidade do IDHM. Dessa maneira, ficou demonstrado na pesquisa realizada pelo Atlas Brasil que a esperança de vida ao nascer aumentou historicamente, visto que em 1991 era de 58,0 anos, passando, em 2000, para 65,8 e em 2010 chegou a 71,5 anos, mostrando, dessa forma, um bom crescimento.

Em segundo lugar, o indicador que também teve uma boa evolução foi a renda, com o índice de 0,527, em 1991, passou para 0,559, em 2000 e atingiu o índice de 0,647, em 2010, ficando atrás somente da longevidade, o indicador renda, em 1991, tinha uma renda per capita de R\$ 212,93, depois passou para R\$ 260,11, em 2000, e chegou em R\$ 448,81, em 2010. Isso

equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,00%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,25%, entre 1991 e 2000, e 5,61%, entre 2000 e 2010. Com isso, a proporção de pessoas pobres na comunidade diminuiu, pois tinha uma renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 55,52%, em 1991, para 44,97%, em 2000, e para 25,68%, em 2010, o que denota um crescimento historicamente.

Em relação ao indicador educação, constatou-se que ele foi a menos cresceu em sua história, demonstrando um índice de 0,225, em 1991, passando para 0,385, em 2000 e chegando a 0,545, em 2010. No ano de 1991, 25,15% da população com 18 anos ou mais tinha o ensino fundamental completo, 35,21% no ano 2000, e 47,88% no ano de 2010. Por sua vez, o percentual de crianças com 5 a 6 anos na escola era de 56,86%, em 1991, depois passou para 83,24%, em 2000, e para 91,28%, em 2010. Já o percentual de jovens de 18 a 20 anos com o ensino médio completo era de 5,22%, em 1991, no ano 2000 era de 15,44% e no ano de 2010 era de 25,42%. Outro componente que compõe o IDHM educação é o de escolaridade da população adulta, que analisa a população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental, médio e superior completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Com isso, entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 35,21% para 47,88%, na cidade. Em 1991, o percentual era de 25,15%, no município. Em 2010, tendo em vista a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 16,42% eram analfabetos, 45,31% tinham o ensino fundamental completo, 29,00% possuíam o ensino médio completo e 4,45%, o superior completo.

Portanto, a Barra dos Coqueiros tem demonstrado uma melhoria em seus indicadores nas últimas pesquisas realizadas pelo Atlas Brasil, isso pode ser observado quando comparado ao crescimento dos indicadores de longevidade, renda e educação. Embora toda cidade passe por problemas de questões sociais, os indicadores analisados evidenciaram uma evolução, mesmo que a dimensão saúde tenha sido a que mais aumentou em relação às outras dimensões.

O município de Barra dos Coqueiros, como foi visto, apresenta um polo industrial como é o caso das plataformas da Petrobrás, como também apresenta riquezas naturais como é o caso das praias situadas em seu litoral, a maioria da população trabalha na capital do Estado de Sergipe tanto no comércio quanto no serviço público, bem como no próprio município onde reside. Embora a pesquisa tenha mostrado que teve uma diminuição da pobreza na cidade, constatou-se que ainda há desigualdade social em relação à renda na cidade, sendo assim, o índice de renda não apresentou uma evolução maior em relação ao da longevidade.

Nesse contexto, contemplou-se que o problema da cidade está relacionado à educação, sendo este o indicador que menos cresceu em relação aos outros dois, o que se observa que a

cidade parece investir em recursos para melhorar a qualidade do ensino, fazendo com que os jovens vão para a capital do estado em busca de um ensino de mais qualidade. Com isso, como medida para inverter essa problemática, o gestor público pode qualificar seus profissionais da área educacional, com a finalidade de capacitar ainda mais seus servidores que prestam serviço à educação, fazendo com que eles tenham uma cosmovisão do trabalho pedagógico e, assim, melhore a qualidade do ensino.

Desse modo, a partir do IDHM apresentado de Barra dos Coqueiros, viu-se que é necessário que se aplique melhor os recursos públicos destinados para a população, a fim de que a qualidade de vida da localidade evolua, por meio da criação de políticas públicas que tenham como intuito assegurar direitos básicos como o da cidadania, saúde, educação, saneamento básico, efetivamente.

5.2 SUGESTÕES PARA ATORES ENVOLVIDOS NA PESQUISA

Com base na pesquisa realizada buscou-se analisar quais são os principais problemas existentes que fazem com que o IDHM do município de Barra dos Coqueiros não se desenvolva, analisando os dados das dimensões coletados no Atlas Brasil, desse modo, foi observado que a cidade tem problemas na educação e depois geração de renda, já que foram os indicadores que menos cresceram na cidade. Com isso, é sugerida ao gestor público a criação de ações que tenham como finalidade a geração de renda por meio de investimentos que façam com que suas belezas naturais, neste caso as praias, se tornem um atrativo turístico ainda maior, atraindo visitantes de todas as regiões do Brasil quando visitam a cidade.

Em entrevista Luis Paulo Bresciani, integrante da gestão pública do Grande ABC, em São Paulo, esse sugere diante da realidade do município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe, que se promovam políticas públicas de gestão executiva similares as que ocorrem em cidades paulistas. Bresciani exemplifica as ações já ocorrentes nos municípios paulistas, as quais direcionam as melhorias públicas e incrementam os indicadores do IDHM. O analista público coloca que a partir dos anos 50, o IDH do Grande ABC passou a ser estudado devido ao desenvolvimento industrial, o que traz para a realidade de Barra dos Coqueiros o atual crescimento da especulação imobiliária e a consolidação do turismo local, os quais não influenciaram nas taxas de crescimento na renda da população local, pela ausência de políticas públicas no município sergipano.

Diante da inercia da gestão pública de Barra dos Coqueiros em apresentar um planejamento estratégico, Bresciani entende que o município poderia usar o turismo como fator

de movimentação da economia local. Diferente da realidade de São Caetano do Sul, onde a gestão pública beneficia a população, nas cidades sergipanas a administração não investe em atenção primária no sistema educacional, provocando a saída dos usuários em busca da qualidade do ensino, na capital do Estado, aumentando a população ativa nas escolas da mesma.

Bresciani exemplifica que a gestão pública deve priorizar os investimentos em determinadas áreas, as quais apresentem os menores índices de desenvolvimento. Investir recursos, em determinados setores, para que esses possam fortalecer os municípios incluindo os distritos e povoados que fazem parte da região de Barra dos Coqueiros, observando o montante dos recursos investidos diante da realidade local.

Nesse sentido, observa-se que o gestor público precisa realizar ações que visem o melhoramento da qualidade de vida de sua comunidade, bem como fazer com que o IDHM saúde cresça cada vez mais e não permaneça estático. Desse modo, propõe-se que administrador público do município realize políticas públicas na área da saúde, tais como: melhorar as unidades básicas de prestação de serviço à saúde como hospitais e postos de saúde; qualificar com regularidade os servidores públicos que atuam nas unidades de saúde como médicos e agentes de saúde, com o intuito de atender as necessidades mínimas da população que reside na comunidade.

Outra medida que pode ser adotada pelo gestor público é observar se as unidades de atendimento à saúde precisam de reformas urgentes para deixar o ambiente mais agradável para todos que delas fazem uso, ou construir novos postos de atendimento para poder minimizar o tempo de espera por um atendimento ambulatorial ou hospitalar para que toda população possa ser assistida de imediato. Além disso, o gestor pode melhorar a qualidade de vida da comunidade realizando ações básicas na cidade como melhorando o saneamento básico para todos os moradores, seja da zona urbana ou rural. Com isso, com essas medidas sendo tomadas e implementadas pelo administrador público, a taxa de mortalidade na população pode decair e aumentar a qualidade de vida da mesma, mesmo sendo ações básicas, pode contribuir efetivamente para a saúde da população e, assim, fazer com que o IDHM saúde da cidade de Barra dos Coqueiros aumente gradativamente.

Outra atividade que pode ser desenvolvida pelo gestor para melhorar o indicador educação é a qualificação dos professores que compreendem o quadro educacional em todas as disciplinas, tanto no ensino fundamental quanto no médio, capacitando estes profissionais para que eles atuem de modo dinâmico e prático, buscando sempre a qualidade do ensino da população estudantil. Além disso, podem ser feitas também melhorias nos estabelecimentos de ensino desses ciclos educativos, com a finalidade de deixar o ambiente educacional mais

adequado e equipado para que todos que usufruem deles possam desempenhar suas atividades com mais prazer, visto que um ambiente que não estabelece as condições mínimas e necessárias de conforto e bem-estar não deve ser usado já que fere com os direitos básicos preconizados pela Constituição Federal.

5.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Analisar o IDHM de um município faculta uma enorme área a ser seguida por pesquisas, dessa maneira, este trabalho se apresenta como sendo ainda é pouco estudado. Com a prerrogativa de entender melhor o assunto, sugere-se:

- a) De que modo a população pode ajudar a melhorar o IDHM da sua cidade;
- b) Analisar cidades que possuam o IDHM similar e diferente em relação à qualidade de vida;
- c) Realizar pesquisas que examinem minuciosamente o tema.
- d) Buscar junto a capital do estado, Aracaju, ações conjuntas de compartilhamento de responsabilidades na saúde.
- e) Prospectar consórcios intermunicipais.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento humano é uma ferramenta muito importante já que ele é um tema muito grande e ultrapassa os limites de somente analisar o desenvolvimento econômico, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é mais amplo que o IDH, uma vez que ele não atende mais as necessidades da sociedade, observando somente aspectos mais generalizados, todavia o novo indicador contempla como se encontra a realidade social de cada cidade do Brasil, analisando a qualidade de vida de cada população.

Nessa perspectiva, com esse indicador mais abrangente, é possível analisar a qualidade de vida da comunidade, dado que os resultados coletados evidenciam que o município objeto deste estudo tem apresentado um crescimento em todas as dimensões, quando foi averiguando a história da pesquisa realizada pelo Atlas Brasil.

Por conseguinte, é notável a existência de vários problemas sociais na cidade estudada, o que faz com que o desenvolvimento dessa população seja prejudicado, dificultando, assim, na melhoria dos resultados de alguns componentes das dimensões. Outro ponto observado é

que a cidade tem praias que podem ser usadas ainda mais pela gestão pública municipal, embora se tenha conhecimento do forte atrativo turístico que ocorre na cidade, não é feita nenhuma ação que tenha como finalidade atrair mais investimentos para o turismo, o qual pode ser um grande diferencial para a evolução tanto da qualidade de vida como para o crescimento da renda do município.

O IDHM serve como um instrumento que mensura a qualidade de vida de uma população em um município, para que a sociedade saiba que sua cidade tem melhorado como é o caso da cidade Barra dos Coqueiros, objeto deste estudo. Não obstante, para que a cidade se desenvolva em relação ao seu IDHM, devem ser tomadas ações que sejam mais efetivas pelo gestor público do município em conjunto com todos os agentes envolvidos, a fim de que a melhoria da qualidade de vida seja mesmo realizada.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L.; GAETANI, F. **Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados: agenda, aprendizado e coalizão**. Brasília: Consad, 2006.
- ALDAY, H. E. C. **O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica**. Revista FAE, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 9-16, maio/ago. 2000.
- ANSOFF, H. I.; McDONNELL, E. J. **Implantando a administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1993.
- ARRETCHE, M. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz; FGV, 2012.
- ATLASBRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 10 abr. de 2017.
- BUCCI, M. P. D. **Direito Administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002, pág. 241.
- CAPLAN, B. **Contra o Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: http://econlog.econlib.org/archives/2009/05/against_the_hum.html. Acesso em: 10 dez. de 2016.
- CASTRO, J. A., RIBEIRO, J. A., CHAVES, J. V.; DUARTE, B. C. **Gasto social federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010**. Nota Técnica n.9. Brasília: Ipea, 2012.
- DURKHEIM, E. **The Division of Labor in Society**. New York, NY: Free Press, 1983.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.
- GINTER, P. M.; WHITE, D. D. A social learning approach to strategic management : toward a Theoretical Foundation. **Academy of Management Review**, Apr. 1982.
- HERCULANO, S. C. et al. **A qualidade de vida e seus indicadores**. **Ambiente e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 77-99, 1998.
- HOFFMANN, R. **Transferências de renda e desigualdades no Brasil: 1995-2011**. In: Campello, T.; Neri, M. C. (orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Ipea: Brasília, 2013.
- JUNQUILHO, G. S., **Teorias da Administração Pública**. Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- KALIFE, M. A. **Administração pública: lei de responsabilidade fiscal e a controladoria**. Revista Eletrônica de Contabilidade, Curso de Ciências Contábeis, UFSM, v. I, n. 1, p. 266-288, set./nov. 2004

- LEI COMPLEMENTAR Nº 131. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm. Acesso em: 07 de dez. de 2106.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEEBERG, G. A. Quality of life: a concept analysis. **Journal of Advanced Nursing**, v.18, n.1, p.32-38, 2008.
- MOTTA, C. P. C.; FERNANDES, J. U. J. **Responsabilidade fiscal**: LC 101 de 04/05/2000. 2.ed. Belo Horizonte. Del Rey, 2001.
- NASCIMENTO, E. **Coluna Primeira Mão** – Política e economia. 2013. Disponível em:
<http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=6047&t=coluna-primeira-mao---politica-e-economia>. Acesso em: 10 dez. de 2016.
- NUSSBAUM, M.; SEN, A. (eds.). **The Quality of Life**. Clariton Paperbacks, 1993.
- OBSERVATÓRIO DE SERGIPE: Territórios de planejamento 2016. Disponível em: <
[http://www.observatorio.se.gov.br/images/Geografia_e_Cartografia/Divisao Administrativa e Regionalizacoes/Mapa dos Territorios Sergipanos/MapaTerrit%C3%B3rios 2016_A4_350dpi.jpg](http://www.observatorio.se.gov.br/images/Geografia_e_Cartografia/Divisao_Administrativa_e_Regionalizacoes/Mapa_dos_Territorios_Sergipanos/MapaTerrit%C3%B3rios_2016_A4_350dpi.jpg) >. Acesso em 01 maio 2016.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- OSBORNE, David.; GAEBLER, Ted. **Reinventando o Governo**. Brasília: Editora MH Comunicação, 1998.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília, 2013.
- SILVA, Marina da Cruz. **Políticas sociais para a terceira idade no Brasil contemporâneo**. 2006. Disponível em:
<http://arquivo.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=778&entrevistas%20AnterioresPage=6..>. Acesso em: 19 de dez. 2016.
- ROSA, M. J. A. **Recanto das letras**. Disponível em:
<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3336833>. Acesso em: 15 jan. de 2017.
- TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1995.
- TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. **Indicadores sociais**: por que construir novos indicadores como o IPRS. São Paulo Perspec., jul./dez. 2003, vol.17, no.3-4.
- VERHOEF, E. T; NIJKAMP, P. **Externalities in the Urban Economy**. Tinbergen Institute Discussion Paper. TI 2003-078/3, 2003.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

O estudo para o qual estamos realizando essa entrevista é um trabalho de conclusão de curso com o tema IDHM como norteador de estratégias para incremento da qualidade de vida da população: um estudo sobre Barra dos Coqueiros.

Esse trabalho tem o intuito de fomentar políticas públicas no município de Barra dos Coqueiros, localizada na região metropolitana de Aracaju, é conhecida por se constituir na península de Santa Luzia no estado de Sergipe. Para que essa entrevista seja fiel, solicito permissão para gravá-la.

- 1 – Gostaria que o senhor falasse sobre a sua experiência junto às políticas públicas.
- 2 – Considerando que o Grande ABC, principalmente São Caetano do Sul, possui o melhor índice no IDHM, quais as principais ações foram implementadas na variável renda, para que se chegasse a esses altos níveis? O que ainda pode ser feito?
- 3 - Considerando que o Grande ABC, principalmente São Caetano do Sul, possui o melhor índice no IDHM, quais as principais ações foram implementadas na variável longevidade, para que se chegasse a esses altos níveis? O que ainda pode ser feito?
- 4 - Considerando que o Grande ABC, principalmente São Caetano do Sul, possui o melhor índice no IDHM, quais as principais ações foram implementadas na variável educação, para que se chegasse a esses altos níveis? O que ainda pode ser feito?
- 5 – De acordo com a sua experiência, o que um gestor municipal não deve fazer ao tentar implementar essas políticas públicas?
- 6 – Teria mais algum ponto não mencionado que o senhor gostaria de abordar?